

Resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede: a experiência da RAMA face à pandemia da Covid-19

Isabelle Hillenkamp e Natália Lobo

Introdução

No Vale do Ribeira, nossa pesquisa concentrou-se no município de Barra do Turvo, onde está localizada a RAMA (Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras). Por razões históricas, ligadas à presença de comunidades quilombolas e áreas de preservação ambiental, a agroecologia — especialmente a agrofloresta — desenvolveu-se nesse território. Em 1996, a Associação de Agricultores Agroflorestais Cooperafloresta foi criada. A partir de 2010, a SOF (Sempreviva Organização Feminista) iniciou projetos para mulheres rurais no Vale do Ribeira e, desde 2015, para o desenvolvimento da agroecologia. A RAMA é fruto desse processo e reúne os objetivos de desenvolvimento da agroecologia e de autonomia das mulheres. Posteriormente, surgiram outras iniciativas locais de agroecologia no município, em particular uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA).

Barra do Turvo está dividida entre um centro urbano, bairros rurais e comunidades remanescentes de quilombos. Há alguns bairros rurais formados por moradores antigos — muitas vezes pessoas negras ou descendentes de indígenas — e há outros bairros compostos por migrantes de outras regiões do país, principalmente do estado vizinho, Paraná. As duas últimas categorias geralmente se reconhecem como bairros de agricultura familiar. As comunidades quilombolas têm uma organização (necessária para o processo de reconhecimento institucional), o que não é o caso de todos os bairros de agricultura familiar. Isso tem repercussões no grau de organização dos diferentes bairros, incluindo seu acesso a programas de compras públicas, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa

Nacional de Alimentação Escolar), e sua inclusão em redes de apoio institucional e da sociedade civil. A RAMA, formada por cerca de 70 mulheres, está localizada em nove bairros (Indaiatuba, Córrego da Onça, Anhemas, Terra Seca, Ribeirão Grande, Cedro, Rio Vermelho, Bela Vista e Conchas), com diferentes características a esse respeito. Nossa pesquisa incluiu agricultoras desses nove bairros (17 na primeira fase da pesquisa e 16 na segunda, ver introdução geral), de modo a refletir a influência desses parâmetros sobre as vulnerabilidades e a resiliência face à pandemia.

Barra do Turvo também é atravessada por fortes movimentos migratórios de tipo circular (campo-cidade-campo) que a ligam principalmente à região metropolitana de Curitiba. Esse tipo de migração é muito comum, principalmente entre as e os jovens, e levanta questões em relação tanto ao futuro desses jovens rurais na cidade, quanto ao desenvolvimento da agroecologia em Barra do Turvo (Hillenkamp e Lobo, 2019). Nesta pesquisa, levamos em conta essa dinâmica e incluímos agricultoras de diferentes faixas etárias entre nossas entrevistadas. Também prestamos atenção ao papel das novas relações campo-cidade impulsadas pela RAMA e pela SOF (Sempreviva Organização Feminista). Elas se manifestam através de uma Rede de Grupos de Consumo Responsável na cidade de São Paulo, cuja reorganização acompanhamos através do seu grupo de WhatsApp; de institutos ligados ao movimento da economia solidária, também em São Paulo; da Feira de Economia Solidária e Agroecologia na cidade de Registro; e de uma CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) em Curitiba. Barra do Turvo é localizada a aproximadamente cinco horas de carro da cidade de São Paulo e duas horas de Curitiba e de Registro.

A primeira parte deste texto analisa como a pandemia transformou a vida das agricultoras da RAMA e das suas famílias nas esferas da saúde, do trabalho doméstico e de cuidado em casa, do emprego e das fontes de sustento econômico, das dinâmicas na comunidade e no acesso às políticas sociais. A segunda parte explora suas respostas desde a agricultura e avalia as formas de resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede. Além da primeira fase da pesquisa, comum à Zona da Mata e ao Vale do Ribeira (ver introdução geral), nos apoiamos em uma segunda fase, que aprofundou

a observação das mudanças na produção agroecológica, na divisão do trabalho e nos espaços de autonomia das mulheres na família. Selecionamos agricultoras que tiveram mudanças significativas (aumentos ou diminuições) em sua produção entre março de 2020 (começo da pandemia) e novembro (levantamento). Através de entrevistas, avaliamos as mudanças percentuais nas produções em que as mulheres trabalharam, separando as áreas de produção — horta, roça de arroz, outras roças, pés de fruta, plantas medicinais, criação e processados — que fazem sentido nas suas práticas. Conversamos com elas sobre os motivos das mudanças, ligados à pandemia, como segurança alimentar e expectativas de vendas, bem como mudança na carga total de trabalho; e registramos fatores de mudança não ligados à pandemia. Comparamos as pessoas que trabalhavam nessas produções em março e em novembro e perguntamos quem estava tomando as principais decisões agora.

I. Como a pandemia acontece numa zona rural

Incidência da pandemia e isolamento social em comunidades rurais

Barra do Turvo ilustra um caso de município rural que, segundo os números oficiais, foi relativamente pouco afetado pela epidemia de Covid-19: 240 casos confirmados e 7 óbitos no momento de escrever este texto — 6 de janeiro de 2021 —, para uma população de 7.828 habitantes¹. Essa incidência (3,1% de casos confirmados e 0,1% de óbitos) é notavelmente menor do que em municípios vizinhos mais próximos às grandes rotas de circulação da região, como a rodovia BR 116². No entanto, esses números oficiais podem ter sido subestimados, devido ao número de pessoas não testadas e ao número de óbitos não atribuídos à doença. Nas entrevistas, as agricultoras da RAMA compartilharam essa suspeita e acrescentaram que a subestimação pode ser causada pela vergonha das pessoas de admitirem que poderiam ser portadoras da doença.

1 <https://www.barradoturvo.sp.gov.br/site/prefeitura/covid-19/>

2 Ex. Cajati: 7,8% de casos confirmados, 0,2% de óbitos (<https://www.cajati.sp.gov.br/noticia/3747/numeros-da-covid-19-em-cajati>).

Em 18 de março de 2020, a prefeitura decretou medidas gerais de quarentena, levando ao súbito fechamento de escolas, lojas e serviços considerados não essenciais, e à supressão de serviços de transporte público, entre outras coisas. Em agosto e setembro de 2020, essas medidas foram flexibilizadas quando o município passou da fase 1 para a fase 2 e depois para a fase 3 do Plano do Estado de São Paulo para enfrentamento ao coronavírus³. Isso significou um aumento na capacidade e nos horários de abertura do comércio e dos serviços, mas não das escolas, que permaneceram fechadas até o final de 2020. Além disso, desde meados de novembro de 2020, o município voltou para a fase 2 do plano para enfrentamento ao coronavírus, e até mesmo para a fase 1 durante a época de Natal e Ano Novo.

No âmbito agrícola, pressionada pelas reivindicações das organizações quilombolas e das comunidades tradicionais do estado de São Paulo, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do estado publicou resolução (resolução SIMA nº 28), no dia 17 de abril de 2020, concedendo autorizações em caráter emergencial para a implantação de roças tradicionais praticadas por povos e comunidades tradicionais no Estado de São Paulo. A implantação das roças, que precisava ser submetida à autorização prévia, foi liberada, levando em conta a importância do isolamento social e da segurança alimentar promovida pelo sistema agrícola tradicional, de roça de coivara. Em dezembro de 2020, através da resolução SIMA nº 111, a medida foi prorrogada até o fim do ano de 2021.

Como resultado dessas medidas, mas também da sua própria vontade de se protegerem do coronavírus, as agricultoras da RAMA, com exceção de algumas jovens, restringiram drasticamente seus contatos e seus deslocamentos na cidade e multiplicaram as medidas de precaução (distanciamento, máscaras, banhos) quando tiveram de ir para lá. Os contatos se mantiveram nos espaços familiares e comunitários, especialmente nos quilombos, onde muitas pessoas continuaram a frequentar as casas dos familiares e a receber parentes da cidade. Restringir esses contatos foi socialmente difícil por várias razões: desde a impossibilidade de estabelecer uma rede de cuidados e ajuda mútua de outra forma, até a percepção de que impor medi-

³ <https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/PlanoSP-apresentacao-v2.pdf>.

das de distanciamento seria uma forma inaceitável de desconfiança dentro da comunidade, ou que continuar se vendo dentro da família não oferece risco para a saúde. Na RAMA, a pandemia significou então o isolamento das agricultoras nos espaços familiares e comunitários e, como veremos em seguida, a reorganização das redes e dos seus aliados para manter suas fontes de sustento.

A difícil reorganização do sistema de atendimento à saúde e o trabalho de cuidado dos doentes em casa

O atendimento básico à saúde em Barra do Turvo é realizado através do programa Mais Médicos. Criado em 2013, esse programa se beneficiou da participação de médicos cubanos até 2018, quando um conflito entre o presidente recém-eleito, Jair Bolsonaro, e o governo cubano levou a sua substituição por médicos brasileiros, geralmente jovens em sua etapa final de formação. Nesse processo, parte das vagas não foi substituída. Em Barra do Turvo, uma das cinco equipes médicas do município não foi renovada. As quatro equipes médicas restantes se dividiram nos territórios de modo a realizarem visitas quinzenais a cada comunidade. Várias comunidades ficaram sem agente de saúde e, portanto, sem vínculo com a equipe.

Por consequência, Barra do Turvo, como muitos outros municípios rurais, entrou na pandemia com um sistema de saúde enfraquecido. Nossas entrevistas com agricultoras da RAMA em junho de 2020 revelaram que, em várias comunidades, as visitas médicas foram interrompidas desde março, sem que houvesse qualquer forma de comunicação do governo municipal a respeito da situação. Em entrevistas com duas interlocutoras locais do setor da saúde, fomos informadas que três médicos tinham se retirado do serviço — dois por razões pessoais e a terceira para frequentar um treinamento de atendimento a pacientes da Covid. O governo municipal não comunicou nas comunidades sobre essa situação, mas criou um conselho de Covid, que organizou o atendimento na única Unidade Básica que permaneceu aberta, a do centro do município, onde as pessoas com suspeita de Covid foram atendidas separadamente dos outros pacientes. Os casos graves da doença não puderam ser atendidos no município, que não possui hospital próprio, e foram transferidos para o hospital de referência da região, em Paríquera-Açu, município que

dista 117km da Barra do Turvo. Pelo menos até junho de 2020, os testes foram poucos (139 testes realizados até 23 de junho, dos quais 15 positivos) e reservados para doentes com sintomas de Covid. Também em junho, o governo municipal organizou o recrutamento de agentes comunitários de saúde. As visitas das equipes médicas às comunidades foram retomadas gradualmente em julho de 2020.

No período de ausência do atendimento, de março a junho de 2020, algumas famílias recorreram a consultas particulares, implicando em grandes despesas e em deslocamentos à cidade, que aumentaram o risco de contágio; outras conseguiram atendimento em casa através de relações prévias com políticos da cidade, que deslocavam equipes de saúde através de solicitações que chegavam a seus telefones particulares. Contudo, boa parte das pessoas não teve acesso a nenhuma dessas opções e permaneceu por quatro meses sem qualquer atendimento. Essa situação gerou uma grande ansiedade para várias agricultoras, confrontadas com quadros de diabetes, depressão, febres, diarreias das crianças e acidentes. Algumas delas passaram a cuidar de um membro da família doente ou acidentado. Várias tiveram dificuldade de aceder a remédios de uso controlado, que antes eram trazidos pela equipe de Saúde da Família.

Em suma, o impacto sanitário da pandemia nas comunidades e nas mulheres da RAMA foi sobretudo indireto, devido às dificuldades de acesso ao sistema público de saúde, especialmente no caso de pessoas idosas, com doenças crônicas ou que passaram a cuidar de outra pessoa em casa. Esse impacto foi desigual, sendo que parte das agricultoras da rede, mais jovens, mais saudáveis, ou com menos responsabilidades familiares, não foram expostas a tais problemas.

A suspensão de aulas e o trabalho de cuidado das crianças em casa

A suspensão das aulas presenciais, como parte das medidas de quarentena tomadas pela Prefeitura de Barra do Turvo em março de 2020, significou a reorganização do ensino em diferentes modalidades. No caso das escolas municipais (nível fundamental), o ensino à distância se deu através de lições entregues em casa pelos funcionários da escola. No caso das escolas estaduais (ensino médio e anos finais do

ensino fundamental), os alunos puderam escolher entre aulas à distância ou recorrer a um sistema de ensino por fichas, que deveriam ser buscadas e depois entregues na escola.

A dificuldade de ter acesso aos materiais didáticos nas comunidades rurais (acesso limitado ou inexistente à internet, distância da escola e falta de transporte), a falta de interação com professoras/es e com outras/os alunas/os deixou a relação de muitas/os alunas/os com a escola alterada. Todas as mães entrevistadas opinaram que o ensino das crianças foi prejudicado e algumas crianças e jovens pararam de estudar. A suspensão das aulas também repercutiu amplamente sobre a organização familiar. Quem buscou o material pedagógico nas escolas geralmente foram as mães, tendo que se deslocar longas distâncias, em um contexto em que a disponibilidade de linhas de ônibus na cidade foi reduzida. Além disso, ajudar os filhos nas lições de casa foi uma responsabilidade muito pesada, segundo as mães, por conta da baixa escolaridade delas mesmas, gerando situações de angústia e irritação. Contudo, a presença de filhos (ou netos, sobrinhos) em casa foi uma das consequências da quarentena que mais impactou a vida de muitas mulheres (I.4). Ao mesmo tempo, um desdobramento da suspensão de aulas foi o maior envolvimento de alguns jovens na agricultura (II.4), o que foi ressaltado pelas agriculturas como positivo, tanto para a divisão do trabalho, quanto para a transmissão de conhecimentos e da cultura.

Outras mudanças em casa: fontes de sustento, redes familiares e divisão do trabalho doméstico

A pandemia levou a importantes mudanças nas necessidades e nas fontes monetárias (renda) e não monetárias (ex. produção de alimentos) de sustentação nas casas das agricultoras da RAMA. Pessoas perderam o emprego ou o trabalho autônomo não agrícola, devido ao fechamento de empresas em setores considerados “não essenciais” pelo governo, à falta de transporte ou à paralisação do turismo. Agricultoras/es foram afetadas/os pelo fechamento das feiras livres e pelas dificuldades de venda de certos produtos, como o leite, no primeiro semestre de 2020. Além disso, o preço de itens de primeira necessidade aumentou, em particular o feijão (cujo preço local chegou a aumentar de R\$5 para R\$10 entre março e julho de 2020, segundo

nossas entrevistas), arroz (de R\$8 para R\$15) e gás, e novos gastos, como o transporte privado em carros compartilhados, apareceram.

Ao mesmo tempo, o auxílio emergencial do governo federal contribuiu na renda de algumas famílias de forma significativa (ver I.6), e a produção para autoconsumo (feijão, hortaliças, frutas...) amorteceu o impacto do aumento do preço dos alimentos no orçamento. A produção diversificada das mulheres voltada para a segurança alimentar também se mostrou central para manter e até aumentar as vendas (parte II). A pandemia gerou uma diversidade de situações: algumas preocupantes, de famílias afetadas pela perda de atividades geradoras de renda e/ou pelo aumento dos preços de base; outras de estabilização econômica, graças à combinação de várias fontes de sustentação, algumas das quais foram temporárias (auxílio emergencial), e outras de fortalecimento das agricultoras, com a valorização e o aumento da produção agrícola, que podem ser duradouras.

Reorganizações também aconteceram nas relações dentro das redes familiares, que perpassam as comunidades rurais e os territórios urbanos, como a região metropolitana de Curitiba. Durante a pandemia, as redes campo-cidade foram mantidas e até reforçadas como espaços de solidariedade. Agricultoras citaram o envio de alimentos para familiares na cidade como uma ajuda para enfrentar o aumento dos preços e como proteção face ao risco de contágio nos supermercados. Por outro lado, mesmo com o agravamento da crise econômica e o aumento do desemprego na cidade, não observamos um retorno massivo de jovens — nem de pessoas mais velhas — para Barra do Turvo. Alguns jovens residindo em Curitiba mantiveram seu emprego e outros se tornaram desempregados, e mesmo assim continuaram vivendo na cidade. Ao contrário, alguns jovens migraram para a cidade durante a pandemia, e inclusive conseguiram novos empregos.

Contudo, a presença de mais pessoas — filhos sem aulas, maridos, jovens e outros parentes sem trabalho fora — dentro de casa todos os dias, durante o dia inteiro, contribuiu de forma significativa para o aumento do trabalho doméstico e de cuidado. Nenhuma das entrevistadas relatou uma melhor divisão desse trabalho com o marido: elas se dizem sobrecarregadas; ou dizem que o marido tem ajudado, mas que já ajudava desde antes da pandemia; ou elas delegaram parte

do trabalho doméstico a suas filhas, em particular para se dedicarem ao trabalho agrícola (II.4). Essa situação parece não ser correlata ao aumento da violência doméstica. Esse tema foi abordado e problematizado, mas nenhuma das entrevistadas relatou tal aumento, consigo mesma ou na comunidade. Entretanto, essa observação deve ser relativizada em um contexto em que, à parte de qualquer efeito da pandemia, “violência doméstica é coisa que mais existe”, como lembrou uma agricultora. Como observou também uma liderança comunitária, a paralisação das reuniões dos grupos de mulheres, e de outros espaços de organização da comunidade que tematizavam as situações de violência, tornou sua percepção mais difícil.

Mudanças nas comunidades: a difícil mobilização em tempos de distanciamento social

Em um primeiro momento, as medidas de distanciamento social significaram a paralisação das reuniões em quase todos os espaços comunitários: associações dos quilombos e de moradores de bairros da agricultura familiar, grupos locais da RAMA e de outras iniciativas no campo da agroecologia, grupos da Pastoral das Crianças⁴, bem como as igrejas. A retomada da participação nesses espaços foi gradual e limitada.

No âmbito agrícola, grupos locais da RAMA e da CSA se reuniram para trabalhos indispensáveis e para organizar a venda de seus produtos em formas adaptadas. Também foram realizadas reuniões menores, apenas com a diretoria das associações locais, para resolver questões urgentes, tais como a inscrição dos quilombos como provedores de produtos agrícolas no PAA, aberto pelo governo federal em julho de 2020. No âmbito social e da ajuda comunitária, a maioria dos espaços ficaram paralisados. Até janeiro de 2021, os grupos da Pastoral das Crianças não se reuniram, e somente algumas igrejas, que foram autorizadas a reabrir em maio de 2020, receberam e distribuíram alimentos e itens de primeira necessidade. Embora a situação possa ter variado entre os bairros, os relatos das agricultoras da RAMA indicam que as doações (cestas básicas) têm sido episódicas, vindo, além de algumas igrejas, de projetos vinculados a univer-

⁴ Voltadas à melhoria da nutrição infantil e ao acompanhamento de mulheres gestantes.

sidades e à empresa Nestlé, dentro de uma parceria com a Prefeitura Municipal. Essas ações filantrópicas não foram combinadas com as organizações comunitárias.

Portanto, a manutenção, em um nível mínimo, das formas de organização comunitária tem visado, como prioridade, a operacionalização de ações coletivas na produção e comercialização agrícola, confirmado a centralidade dessa atividade nas respostas locais à pandemia. O tempo normalmente dedicado às reuniões, particularmente pelas mulheres da RAMA, foi consideravelmente reduzido, liberando tempo para o trabalho agrícola ou para compensar o aumento das tarefas de cuidado e domésticas. É provável que essa situação se reverta nos próximos meses e poderia ser a ocasião para uma discussão sobre as reuniões que as mulheres dizem sentir falta — as da Pastoral das Crianças, da RAMA em particular, que são também espaços de encontro e de socialização, onde “todo mundo vem, come, fala, faz bagunça” — e outras que às vezes sobrecarregam suas agendas.

Acesso aos programas sociais emergenciais e ações dos governos

No período de abril a dezembro de 2020, o auxílio emergencial do governo federal se constituiu como o principal programa social emergencial em âmbito nacional. No nível estadual, o programa “Merenda em Casa”, com um valor — modesto — de R\$55 por dois meses, foi destinado para famílias de baixa renda com crianças em idade escolar. No nível local, o governo municipal, cuja capacidade fiscal já limitada foi ainda mais reduzida pela crise, não desenvolveu programas emergenciais.

Entre as 17 mulheres da RAMA entrevistadas em junho e julho de 2020, 12 estavam recebendo o auxílio emergencial e 5 não estavam recebendo, seja porque estavam declaradas como agricultoras familiares ou aposentadas ou porque eram menores de idade. Das mulheres que estavam recebendo o auxílio, a maioria já era beneficiária do programa Bolsa Família, registradas no CadÚnico, o que lhes dava acesso automático. As que não estavam beneficiárias citaram diversos problemas de acesso: impossibilidade de se cadastrar pelo aplicativo (falta de internet, erros de sistema incomprensíveis), falta de res-

posta do aplicativo e da central de atendimento telefônico, ausência de acompanhamento por funcionários do serviço social ou da plataforma da Caixa Econômica Federal, e filas enormes de espera no único ponto de saque do município, em muitos casos terminando em esgotamento das cédulas. Dependeram dos filhos ou de outras pessoas da comunidade para conseguir se cadastrar e, em alguns casos, certos membros da família não conseguiram receber o auxílio (particularmente homens, que não estavam cadastrados no CadÚnico). O programa “Merenda em Casa” apresentou problemas mais graves ainda. A maioria das agricultoras da RAMA não conseguiu acesso ao benefício, ou teve acesso a apenas uma das parcelas, ou não tentou.

As agricultoras da RAMA reconhecem que o auxílio federal foi “muito importante” para enfrentar quedas na renda e/ou aumento nas despesas. Ao mesmo tempo, sua percepção sobre os programas emergenciais foi inseparável das dificuldades de acesso, resultando em um sentimento comum de “desgoverno” e de “desprezo pelos pobres” por parte do governo. Apesar dessa crítica radical, pode-se supor que a segurança gerada por esse auxílio favoreceu as estratégias de médio ou mesmo longo prazo na agricultura, evitando estratégias mais precárias de sobrevivência (busca de pequenos empregos, migração para a cidade) e contribuindo para a resiliência das mulheres e das famílias rurais.

Em resumo, as agricultoras da RAMA não escaparam do aumento da carga de trabalho de cuidado no contexto da retirada dos serviços de saúde e educação devida à pandemia. Apesar das dificuldades de acesso ao auxílio emergencial e das questões substantivas levantadas pelo sistema desumanizado de acesso a tal auxílio, ele proporcionou uma renda valiosa que permitiu responder aos choques da pandemia no orçamento das famílias, em um momento em que o funcionamento das organizações comunitárias ainda estava limitado.

II. Respostas e resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede

A experiência da RAMA nos permite compreender as respostas baseadas na agricultura agroecológica protagonizada pelas mulheres, que foram possíveis apesar desse contexto.

De mutirões e reuniões até a organização virtual

Antes da pandemia, as agricultoras da RAMA se reuniam regularmente nos bairros para reunidas (trabalho agrícola coletivo) e para a preparação de entregas, e no nível da rede para mutirões e reuniões gerais. As agricultoras também recebiam as técnicas da SOF em casa e participavam de reuniões (p. ex. eventos, formações) organizadas pela SOF ou por aliados políticos (p. ex. encontros dos grupos de consumo responsável, oficinas de construção de redes comunitárias de comunicação nos quilombos), na Barra do Turvo ou fora do município e até da região. Esses encontros em diferentes níveis costumavam ser ao mesmo tempo operacionais (decisão sobre produção, vendas, etc.), políticos (debates e formações, em particular no campo do feminismo e da agroecologia) e tinham uma dimensão de relação interpessoal e emocional (cantar, ler poemas, dançar, se abraçar, orar).

Com a pandemia, quase toda atividade operacional e política migrou para espaços virtuais. Apesar de uma cobertura insuficiente da internet, as reuniões da RAMA ocorrem à distância, graças a um formato original de troca de mensagens no grupo de WhatsApp, em um horário e com uma agenda pré-determinada proposta pela SOF. Dessa forma, as mulheres da RAMA chegaram a novos acordos, principalmente sobre a forma de reorganizar as vendas (II.2 e II.3). Alguns grupos locais seguiram se reunindo presencialmente para fazer reunidas ou preparar as caixas de produtos para entregas, mas no conjunto essas reuniões têm sido pouco frequentes. Através das redes sociais, membros de grupos de consumidores mobilizaram outros contatos com movimentos sociais, ansiosos para comprar produtos de mulheres rurais engajadas na agroecologia. A fim de fornecer cestas de alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade na cidade, as redes militantes também levantaram fundos em plataformas de financiamento on-line, acessaram editais e realizaram outras

campanhas de arrecadação financeira, e chamaram a RAMA para fornecer os produtos.

O uso intensivo de meios de comunicação virtuais em nível interno (RAMA e SOF) e com aliados políticos permitiu manter as relações interpessoais, apesar do isolamento social, e garantir a continuidade da produção e comercialização da RAMA. Essa rede de afinidade política mostrou-se resiliente na medida em que as fortes relações de confiança construídas antes da pandemia permitiram que os participantes organizassem rapidamente ações coletivas para responder às contingências da pandemia. Desde o início do isolamento social, rostos, emoções e laços pessoais têm sido lembrados através do envio de fotos, vídeos e áudios. Novos contatos — por exemplo, com movimentos sociais interessados em comprar os produtos das mulheres — também foram tecidos através de relações pessoais.

As fortes relações interpessoais nesse tipo de rede constituem o potencial, mas também o limite, de sua atual transformação virtual. Mesmo que todas as agricultoras entrevistadas assumam que a RAMA continua “caminhando” e “enraizada”, sentem falta dos encontros e festas que faziam, dos momentos em que podiam “desabafar um pouquinho”, voltar para casa com mudas, sementes, novas receitas e aprendizados, ou com a sensação de terem ensinado algo. Apesar dos esforços para manter uma comunicação rica e sensível, existe um risco visível de exaustão dessa forma de comunicar-se. Esse risco intensifica o maior tempo gasto no isolamento social, especialmente quando alguns conflitos aparecem e precisam ser mediados (p. ex., para a admissão de novas mulheres na RAMA). Outro limite claro do funcionamento virtual é a exclusão de algumas agricultoras, devido à falta de acesso à internet em certos bairros, ao custo de equipamentos e pacotes de dados, ou à falta de conhecimento sobre essas tecnologias.

Vendas diretas: entre fechamento das feiras livres e reorganização solidária

A pandemia trouxe grandes mudanças na organização das feiras de que as mulheres participavam. Algumas feiras que as mulheres faziam esporadicamente deixaram de acontecer, como aquelas or-

ganizadas pelo Serviço Social do Comércio (SESC) na cidade de Registro. Outras, como a Feira do Produtor no município da Barra do Turvo, continuaram acontecendo, mas sem ajustes na sua organização (apenas com uma frequência menor), fazendo com que a maioria das mulheres da RAMA deixassem de ir, devido ao risco de contaminação. Finalmente, a Feira de Economia Solidária e Agroecologia de Registro, realizada quinzenalmente em parceria com o movimento pela economia solidária do município, foi totalmente reorganizada.

A Feira de Agroecologia e Economia Solidária de Registro é um canal de comercialização diferente dos demais, por ser construído sobre bases solidárias e coletivas e ter seu funcionamento baseado na autogestão há alguns anos. Os ajustes na organização da feira, nesse caso, aconteceram a partir do diálogo das agricultoras com os consumidores através de um grupo de WhatsApp e relações virtuais. Para que as vendas continuassem acontecendo, foi combinado que a praça que sedia a feira se transformaria em um ponto de retirada de pedidos, previamente encomendados e separados pelas agricultoras. Apenas três agricultoras — que não são do grupo de risco para Covid, possuem carro e moram no mesmo bairro — seguem indo para Registro realizar as vendas. No início da pandemia, levavam também produtos de mais três grupos de mulheres. Ao longo do tempo, isso mudou, mas elas seguem sempre mandando produtos de pelo menos mais um grupo. Para elas, o trabalho aumentou muito: precisam estar atentas ao WhatsApp, organizar cada pedido, sair mais cedo de casa para passar nas comunidades das companheiras, mantendo os cuidados com a higiene e distanciamento. Em compensação, elas recebem uma participação (10% do preço de venda) das outras produtoras para os gastos de gasolina e pedágio, bem como pequenas atenções, como o envio de lanches ou bolos.

A forma autônoma de organizar a feira abriu a possibilidade de reorganização e de protagonismo das agricultoras nesse canal de vendas, mas também traz desafios: a existência da feira é constantemente desafiada pela falta de estrutura e local garantidos pelo poder público, pela necessidade de uma grande quantidade de trabalho ativista para que ela aconteça, e pelos desafios inerentes à autogestão, que são mais difíceis de resolver na ausência de encontros e reuniões presenciais.

Vendas por redes militantes: a produção diversificada das mulheres como fator de resiliência e de soberania alimentar

Antes da pandemia, as mulheres da RAMA vendiam seus produtos para São Paulo em dois tipos de mercados: para uma rede de Grupos de Consumo Responsável, que funcionava com sete grupos; e para institutos ligados à economia solidária, como os institutos Chão, Baru e Feira Livre. No segundo semestre de 2019, a média de vendas foi de R\$7.651 mensais, distribuídos entre as 34 mulheres que comercializavam na RAMA.

A partir do mês de abril de 2020, vários grupos de consumo que compõem a rede começaram a criar e participar de campanhas de solidariedade, com o objetivo de doar alimentos para comunidades periféricas, indígenas, escolas e outros grupos afetados pela pandemia. Ao mesmo tempo, um grupo parou de funcionar e chegaram grupos com outros fins, como realizar compras para abastecer moradias coletivas, centros terapêuticos e vendas de cestas de alimentos agroecológicos. Sete deles passaram a integrar a rede, sem deixar de se abastecer de alimentos de outros agricultores, principalmente de assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cooperativas da agricultura familiar e pequenos produtos do cinturão verde de São Paulo.

Contudo, desde o início da pandemia, o número de grupos de consumo que compõem a rede que compra produtos da RAMA flutuou, mas com uma tendência de aumento. Os institutos também passaram a fazer compras maiores, o que resultou em um aumento expressivo das entregas. Em alguns meses depois do início da pandemia, o volume de venda em reais chegou a ser maior que o triplo do valor que se comercializava em um mês pré-pandemia. No mês de agosto de 2020, recorde de vendas, a RAMA comercializou mais de R\$26.000 em produtos, distribuídos entre as 51 mulheres que comercializaram. As redes mostraram sua capacidade não apenas de estabilizar, mas de expandir a demanda em um momento em que os outros mercados se encolhiam.

A chegada dos novos grupos tem diferentes motivações. Por ser uma rede com uma relação campo-cidade estabelecida há alguns anos, diver-

sos ativistas da cidade conhecem, indicam e divulgaram a RAMA para seus contatos. Outro motivo importante é a variedade de produtos que as mulheres ofertam. Em fevereiro de 2020, por exemplo, elas ofereceram 250 produtos diferentes, entre alimentos in natura, processados, fitoterápicos, mudas, artesanatos, carnes e laticínios. Para quem está na cidade, essa é uma grande vantagem de um circuito de comercialização que atende o conjunto das necessidades da vida, vinculando alimentação e saúde (quantidade e qualidade dos alimentos, que contribuem para o sistema imunitário). Essa capacidade da RAMA foi construída ao longo dos anos, com o apoio da SOF e de articulações mais amplas, como o Grupo Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), através de múltiplas ações que visaram valorizar a produção agrícola diversificada mantida por mulheres desde a ótica da soberania alimentar. Enquanto a modernização agrícola focou na especialização produtiva direcionada ao aumento do rendimento a curto prazo, em programas que visavam homens considerados chefes de família, a abordagem feminista da agroecologia valorizou a produção diversificada, voltada para o cuidado socioambiental e realizado principalmente por mulheres (Zuluaga et al., 2018). Além disso, por estarem organizadas em rede há anos, a RAMA possui saldos organizativos que representam vantagens para os consumidores, como o subsídio que a prefeitura da Barra do Turvo dá em relação ao valor do frete dos alimentos, o que representa um gasto pequeno em transporte, que reflete no preço dos produtos.

O preço de venda praticado pelas agricultoras, por ter esse subsídio no frete, por ser construído coletivamente com os consumidores e estar baseado em um compromisso social, é menor do que os preços geralmente praticados por outros produtores agroecológicos e, ao mesmo tempo, é maior do que os preços em mercados institucionais como o PAA ou o PNAE. Durante o ano de 2020, o preço dos alimentos comercializados pela RAMA se manteve o mesmo, ainda que o preço de produtos (por exemplo, arroz e feijão) nos supermercados tenha subido muito⁵. No geral, as agricultoras

⁵ Segundo dados da Associação Paulista de Supermercados (APAS), a inflação acumulada de janeiro a julho de 2020 foi de 23,1% para o arroz e de 21,1% para o feijão. Em perspectiva anual acumulada, de julho de 2019 a julho de 2020, esses números foram de 25,5% e 48,37% respectivamente. Fonte: <https://portalapas.org.br/inflacao-de-alimentos-impacta-orcamento-familiar/>.

se mostraram satisfeitas com os valores pelos quais elas vendiam a maioria dos alimentos. No momento de escrever este texto (janeiro de 2021), elas estavam discutindo, pela primeira vez desde o começo da pandemia, sobre a necessidade de ajustar o preço de alguns produtos, como o feijão, para compensar o aumento geral do custo de vida, que as afeta também como consumidoras. Contudo, a estabilidade dos preços nesse tipo de vendas, combinada com a estabilidade e até aumento da demanda, teve um papel destacado, tanto para a resiliência das agricultoras face ao fechamento de outros canais de venda, quanto para o acesso a alimentos de qualidade por consumidores urbanos.

Entre março e dezembro de 2020, alguns alimentos, como aqueles frequentemente incluídos nas cestas e nas doações (mandioca, inhame, banana e limão), começaram a ser vendidos em maior quantidade, levantando novas perguntas. Por um lado, devido ao aumento dessa demanda, alguns grupos de mulheres venderam todo o excedente que possuíam. Em alguns casos, chegou a ter mais pedidos do que o volume disponível, nos questionando sobre o risco de pressão sobre a produção destinada ao autoconsumo e às doações ou trocas com familiares. Por outro lado, o aumento das vendas por cestas (em vez da venda por lista aberta ou nas feiras) poderia forçar uma redução da variedade, mas ela acabou sendo pequena — de 250 produtos diferentes em fevereiro de 2020, para 235 em setembro do mesmo ano. Enquanto a variedade permanecer firme, a venda por cestas também tem vantagens: como os consumidores não podem escolher o que vem na cesta, acabam conhecendo alimentos que não teriam comprado por vontade própria, mas que estão mais alinhados com a capacidade produtiva das mulheres, a cultura do Vale do Ribeira e o ciclo das estações. Ao mesmo tempo, as agricultoras têm seu trabalho diminuído, pois conseguem vender mais “caixas fechadas” dos produtos, o que diminui o trabalho na colheita, na montagem dos pedidos e no preenchimento das notas.

Essa experiência mostra a importância que a expansão das vendas por redes militantes teve, não só para as agricultoras, mas também para quem passou pela pandemia na cidade: através dos grupos de consumo e das campanhas de doação, a soberania alimentar nessas redes se fortaleceu durante a pandemia. A forma de fazer agroeco-

logia das mulheres mostrou sua resiliência nas duas pontas: com a produção fortalecida, as condições de vida asseguradas e o protagonismo das mulheres demonstrado no campo, e com o fortalecimento e a ampliação do acesso à comida diversificada e de qualidade na cidade.

Experiências similares de vendas por redes agroecológicas urbano-rural na Zona da Mata, como demonstrado no capítulo sobre a zona da mata desta publicação, confirmam esses resultados. Em Barra do Turvo, as agricultoras da RAMA que participam das vendas da Cooperafloresta, dentro de circuitos organizados pela cooperativa, como a Rede Ecovida, também indicam que a demanda por seus produtos subiu. Pelo menos até outubro de 2020, a CSA, que envolve agricultores e agricultoras dos bairros Indaiatuba e Córrego da Onça — algumas delas membros da RAMA — junto com consumidores em Curitiba, teve suas vendas mantidas⁶. De forma complementar, cooperativas, comunidades ou famílias têm acessado novos editais para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, lançados pelos governos para serem entregues, geralmente na forma de cestas, a pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. Em Barra do Turvo, comunidades quilombolas participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que teve um novo ciclo iniciado em julho de 2020, graças a um esforço político das lideranças dessas comunidades, entre as quais a maioria eram mulheres. Esses mercados institucionais têm preços estáveis — geralmente mais baixos e menos negociáveis do que nas redes militantes — mas sua ocorrência está submetida a decisões e relações políticas e não diretamente a construções coletivas.

A reorganização da produção e do trabalho das agricultoras e na família: tendências e desafios

O aumento sustentado das vendas da RAMA ao longo de vários meses desde o início da pandemia nos levou a questionar as mudanças na produção. Essa interrogação fez-se necessária, tanto para entender a dinâmica de cultivos destinados à venda ou à autosuficiência

⁶ Ver o relato de duas agricultoras membros da RAMA e da CSA no vídeo « *Coneções da Terra: Mulheres do Campo e da Cidade* », realizado pelo SESC Consolação, disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CHN1117AWrj/>.

no nível familiar e comunitário (autoconsumo, trocas e doações), diante da tendência de concentração das vendas de alguns produtos (II.3), quanto para avaliar o risco de uma sobrecarga de trabalho das mulheres versus a oportunidade de renegociação da divisão sexual do trabalho.

Nossa amostra de 17 agricultoras para esta segunda fase da pesquisa (ver introdução) ilustrou que a maioria das transformações se deram no caminho do aumento da produção, com alguns casos pontuais de diminuição. Uma parte expressiva dessas mudanças foram relacionadas aos eventos decorrentes da pandemia. No entanto, ao avaliar com as mulheres os diversos elementos que fizeram com que seu trabalho e sua produção mudassem durante o ano, descobrimos que nem todos eles tinham relação — direta ou indireta — com a pandemia. Os efeitos das mudanças climáticas (estiagem e calor excessivo), limitações no ritmo de trabalho impostas por doenças crônicas, o aumento das doenças entre os animais de criação e os projetos de comercialização e ÁTER que ocorrem no território também influem sobre o ritmo e a capacidade de produção das mulheres.

Mudanças relacionadas à pandemia da Covid-19

Como resultado desse conjunto de fatores, das 17 entrevistadas, 16 declararam aumentos em pelo menos uma área de produção (horta, roça de arroz, outra roça, pés de fruta, processados, plantas medicinais, criação de animais ou outra). Os aumentos foram particularmente expressivos nas roças (16 casos de aumento, média estimada de +160%) e nas hortas (14 casos, média estimada de +150%). Os aumentos também foram significativos nos processados, pés de fruta, plantas medicinais e criação.

Tabela 1: Aumentos nas áreas de produção, março a novembro 2020

Área de produção	Roça	Horta	Pés de fruta	Proces-sados	Plantas medicinais	Criação	Roça de arroz	Outra
Número total de aumentos*	16	14	8	7	5	4	1	5
Dentre os quais, número de novas áreas	0	2	4	2	0	3	1	1
Média das mudanças percentuais**	160%	150%	200%	150%	200%	50%	-	80%

* Entre 17 agricultoras entrevistadas.

** Esta média é calculada nos casos de aumento da área de produção, excluindo os casos de novas áreas (o aumento seria infinito). Estes percentuais foram arredondados para a dezena mais próxima, para levar em conta a margem de erro existente em sua estimativa.

As entrevistas com as mulheres, com foco nos fatores de mudança ligados à pandemia, mostram que os aumentos apontam para uma diversidade de usos e estratégias, inclusive de médio e longo prazo, e estão relacionados tanto com a autossuficiência das famílias — na segurança alimentar e na produção própria do alimento dos animais e sementes — quanto com o aumento de ofertas para comercialização.

No campo da segurança alimentar, o aumento da produção visou substituir as compras no mercado ou dar conta de um aumento da demanda por alimento na família (filhos que voltaram da cidade, envio de alimentos para filhos na cidade ou filhos fazendo mais refeições em casa por conta da ausência da alimentação escolar). Uma minoria das agricultoras citou ainda a necessidade de produzir mais para realizar doações a pessoas próximas. Em um caso, os aumentos foram relacionados com a soberania sobre as próprias sementes, multiplicando-as para construir bancos de sementes mais sólidos, e, em três casos, com o aumento da produção própria destinada para a alimentação dos animais, principalmente bovinos, búfalos, animais de transporte e porcos. No caso da alimentação das galinhas, em geral a produção de milho das agricultoras não é suficiente para alimentar

todo o plantel, e há necessidade de comprar mais milho no mercado. A pandemia ocasionou uma tendência de aumento nos preços dos insumos, inclusive do milho em grão. Devido a esse fato, mas também ao aumento da disseminação da Doença Newcastle na região (anterior à pandemia), várias agricultoras diminuíram sua criação de galinhas durante 2020. É importante sublinhar que esse é o único caso em que o aumento de preço de um insumo repercutiu, junto com outro fator (doença das galinhas), na diminuição da produção. Fora esse caso particular, o modelo agroecológico mostrou um alto grau de autonomia em relação às mudanças dos preços de mercados agrícolas. Adicionalmente, a liberação da abertura de roças de coivara, decisão baseada no reconhecimento, por parte do Estado, de que o sistema agrícola tradicional quilombola viabiliza a reprodução da vida (ver I.1), atuou para a expansão da produção para a segurança alimentar nessas comunidades.

O aumento da produção foi impulsionado pelo aumento das vendas da RAMA, que representa grande parte do volume de vendas das agricultoras. As outras formas de venda que certas agricultoras acesam, como o CSA, as vendas através da Cooperafloresta e o PPA, e que também tiveram aumentos desde o começo da pandemia, se somaram à dinâmica de aumento da produção. Finalmente, nossas observações sugerem que o aumento expressivo da produção das agricultoras durante o período março-novembro de 2020 teve a capacidade de responder tanto às exigências de autossuficiência quanto ao aumento das vendas. O risco de pressão das vendas sobre a produção para autossuficiência parece ser controlado.

A (não) reorganização da divisão sexual do trabalho

A crise econômica e a necessidade de realizar o isolamento social fizeram com que muitos homens, maridos das agricultoras entrevisitadas, diminuíssem sua carga de trabalho nas ocupações que realizavam, geralmente em serviços agrícolas pagos por diárias na região, como instalação de cercas e carpida de áreas, trabalhos que tiveram a demanda diminuída. Há também aqueles que trabalhavam na cidade e que foram demitidos ou tiveram a carga de trabalho reduzida. Um terceiro caso é relativo aos homens que trabalham quase exclusivamente com produção de carne e leite de búfala e que, após o início da

pandemia, passaram a receber menos pelo trabalho realizado, pois o preço pago pelos produtos por parte dos frigoríficos e laticínios caiu substancialmente devido à crise econômica.

Isso se refletiu em uma maior presença dos homens dentro da unidade agrícola. Algumas agricultoras relataram que, devido ao aumento das vendas nos mercados acessados por elas, os maridos passaram a ter mais trabalho na produção familiar. No entanto, esse trabalho segue a divisão sexual já vigente, ou seja, eles passaram a trabalhar mais, mas naquelas funções que já exercem tradicionalmente: carpidas, abertura de novas áreas, instalação de cercas, podas de árvores e manejo dos animais de grande porte.

Ainda que as mulheres estejam mais ocupadas no cuidado com os filhos (I.3), isso não se apresentou como um empecilho ao aumento do trabalho agrícola delas. Muitas levam os filhos junto com elas para a roça, ou os deixam sob a responsabilidade de alguém enquanto trabalham. Esse trabalho de cuidados das crianças menores, em muitas famílias, é realizado com a ajuda das filhas jovens, permitindo que as mulheres mais velhas não se sobrecarreguem, mas refletindo também na reduzida inserção das filhas mulheres no trabalho agrícola. Enquanto os filhos homens e os maridos não participam do trabalho doméstico e de cuidado, se dedicam integralmente ao trabalho na roça e adquirem conhecimentos e experiência que favorecem sua posterior inserção laboral nesse setor. A tendência de inserção de filhos homens na produção da família aumentou durante a pandemia, por conta da ausência das aulas presenciais na escola. Cinco agricultoras citaram esse caso e apenas uma citou aumento de participação de sua filha mulher no trabalho na agricultura. O caminho que as filhas mulheres costumam seguir após o término do ensino médio (ou antes) é a migração para a cidade, frequentemente para trabalhar no trabalho doméstico e de cuidados (Hillenkamp e Lobo, 2019). As mudanças no trabalho familiar causadas pela pandemia não parecem ter alterado significativamente essas tendências. Observamos uma ligeira alteração na divisão geracional do trabalho das famílias, mas o mesmo não pode ser dito em relação à divisão sexual do trabalho.

Quando perguntadas sobre a visão dos maridos em relação à organização e aos canais de comercialização abertos pelas mulheres, com

destaque para o trabalho na RAMA, as agricultoras afirmaram que os maridos apoiam essas iniciativas, e que alguns deles gostam de poder estar trabalhando mais na produção familiar, o que só foi possível por conta dos caminhos abertos por elas. Esse apoio dos maridos aparece, na fala das mulheres, muito vinculado ao aumento da renda familiar que o trabalho delas proporcionou, através da expansão da comercialização. O fato de que esse apoio apareceu com mais força apenas quando as mulheres passaram a comercializar em grande volume sugere que a produção que elas já vinham realizando para o autoconsumo não era reconhecida pelos homens. Nesse sentido, a participação das mulheres na RAMA fez com que as relações de gênero na família fossem alteradas, mas isso não significa o reconhecimento da totalidade do seu trabalho. A fronteira entre trabalho remunerado socialmente valorizado e trabalho não remunerado invisível permanece. Quando o assunto é a autoridade sobre as decisões na produção, elas afirmam que **tomam a maior parte das decisões sozinhas**, e às vezes com o conjunto da família. Disso decorre a hipótese de que, uma vez que os canais de venda são estabelecidos através da organização das mulheres, elas ganham autonomia e a possibilidade de negociar melhor as relações de gênero na família, mas que essas negociações são lentas e dependem não apenas de capacidades individuais, mas também de processos coletivos de politização.

Percepções da pandemia e política: politicar as respostas práticas da RAMA?

Em textos acadêmicos, meios de comunicação e análises dos movimentos sociais no Brasil e internacionalmente, a pandemia da Covid-19 tem sido considerada como um sinal decisivo dos limites do modelo agrícola dominante, relacionado com práticas de desmatamento, perda da biodiversidade e aceleração da emergência e disseminação de novos vírus (Ellwanger et al., 2020). A agroecologia, baseada no trabalho de cuidado socioambiental, foi destacada como uma alternativa. Agricultoras contribuem particularmente para tal, devido à responsabilidade feminina socialmente atribuída a esse tipo de trabalho, como destacado em particular pelo Grupo Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia e pela SOF (Saori e Lobo, 2020). Esse tipo de leitura da pandemia traz sentido político às res-

postas práticas das mulheres da RAMA, que estão intensificando sua produção agroecológica e seu trabalho de cuidado socioambiental.

Nossas entrevistas mostraram que esses debates, que atualmente acontecem em espaços virtuais alternativos animados principalmente por movimentos sociais e algumas universidades, chegam às agricultoras da RAMA de forma limitada, geralmente na forma de repasse de informação por lideranças locais ou pelas técnicas da SOF no grupo de WhatsApp da rede. Em geral, as agricultoras não relacionaram esses debates com a própria realidade e o próprio trabalho. Nas entrevistas, sua leitura da origem da pandemia foi principalmente factual, por exemplo, traçando sua propagação a partir da China, e religiosa. Face à angústia gerada pela pandemia, muito pelas imagens transmitidas na televisão que as tornam “tristes” e até “paranoicas”, a maioria das agricultoras acompanham missas e programas em canais ligados às igrejas. Esses programas encorajam comportamentos mais responsáveis e solidários, ao mesmo tempo que veiculam uma leitura da pandemia como uma prova de Deus que pode, em certos casos, sobressair a uma leitura política.

Ao mesmo tempo, as agricultoras não recebem as notícias da televisão de uma forma acrítica. Ao contrário, consideram que é sempre necessário “ir filtrando” e procurando outras fontes de informação, nas redes pessoais e sociais. Entretanto, nossas entrevistas mostraram que essas fontes servem principalmente para confrontar dados factuais — como o número de casos e mortes por coronavírus ou as condições de acesso à ajuda — e não para se aproximar de um debate sobre as causas econômicas e políticas da pandemia. Antes da pandemia, as agricultoras da RAMA participavam de projetos e formações feministas organizados em particular pela SOF, que situavam seu trabalho no debate político, destacando seu valor social, ambiental e econômico. Esse tipo de formações e encontros presenciais constituía o espaço chave para vincular a crítica abstrata ao sistema capitalista e patriarcal com a própria realidade. A pandemia o interrompeu.

Durante a pandemia, o compromisso político das mulheres da RAMA foi expresso sobretudo na reafirmação prática dos laços de solidariedade dentro da rede (ajuda mútua) e para com os consumidores (manutenção dos preços, até mesmo doações). Elas também

têm mantido sua participação nos espaços locais, como associações de bairro, de quilombo, Pastoral da Criança e outros espaços comunitários, dentro dos limites do seu funcionamento durante a pandemia e ainda que por vezes elas próprias não considerem essa participação como sendo de natureza política. Articular a posição da RAMA construída ao longo dos anos (crítica ao modelo agrícola dominante, de valorização da agroecologia e do trabalho de cuidado protagonizado por mulheres) com uma leitura crítica das causas da pandemia e das alternativas poderia contribuir para dar um sentido positivo e político às respostas práticas à pandemia que as mulheres da RAMA construíram ao longo de quase um ano. A retomada gradual das reuniões presenciais e das possibilidades de formação política facilitarão esse processo.

Conclusão

Desde março de 2020, a pandemia da Covid-19 e sua gestão governamental tiveram um impacto trágico nas condições de vida das classes trabalhadoras no Brasil, inclusive nas áreas rurais. As mulheres da RAMA não escaparam do aumento da carga de trabalho de cuidado resultante desse contexto, especialmente para aquelas que cuidam de pessoas idosas ou doentes ou de crianças em idade escolar. Ao mesmo tempo, o caso dessa rede, apoiada por uma ONG feminista e inserida em um denso tecido de alianças com coletivos urbanos há muito tempo envolvidos em movimentos sociais, demonstra claramente a capacidade de resposta da economia solidária e feminista.

A mobilização dessas redes para continuar comprando produtos da RAMA no início da pandemia se transformou gradualmente em uma dinâmica de articulação com outros movimentos sociais e vários tipos de ações de solidariedade, que resultaram em um aumento de três vezes nas vendas entre o primeiro e o segundo semestre de 2020. A diversidade da oferta da RAMA contribuiu amplamente para a demanda dos consumidores, que reconheceram sua capacidade de atender às necessidades básicas da vida através da alimentação e da saúde. Além disso, as agricultoras mantiveram seus preços estáveis e mesmo inalterados até dezembro de 2020, em contraste com as

tendências dos mercados agrícolas e da inflação dos produtos de base no Brasil.

Longe de ser um caso isolado, a capacidade de resposta da RAMA pode ser encontrada em outros coletivos agroecológicos, como ilustrado pelas outras iniciativas em Barra do Turvo e na Zona da Mata abordadas neste livro. A particularidade da RAMA reside em sua prática de uma agricultura altamente diversificada, que tem sido valorizada desde a abordagem feminista da agroecologia introduzida localmente pela SOF. Entretanto, em todas essas iniciativas, as dificuldades têm sido e permanecem onipresentes — desde o contexto geral, incluindo a interrupção do auxílio emergencial em janeiro de 2021, até as dificuldades específicas da comunicação à distância e perguntas sobre a continuidade de certos tipos de vendas, em particular as ligadas a doações. Durante o ano de 2020, a retomada gradual das compras dos produtos da agricultura familiar para populações vulneráveis, através do PAA, do PNAE ou de outros acordos ad hoc com governos locais, ajudou a estabilizar as vendas das agricultoras e contribuiu para a segurança alimentar.

A experiência da RAMA também mostra que o ano de 2020 já deixou mudanças notáveis e que podem ser duradouras na produção das agricultoras agroecológicas. O aumento sustentado das vendas, bem como o desejo de aumentar sua própria autossuficiência (segurança alimentar, redes de ajuda, plantas medicinais, sementes, ração animal), levaram à decisão da maioria das agricultoras de aumentar as áreas de produção. Esse aumento tem sido muito expressivo, particularmente nas roças e hortas, e a posição das mulheres à frente das vendas da RAMA tem lhes dado uma grande autonomia nesse tipo de decisões. Essa parte de seu trabalho — que não deve fazer esquecer a produção não-monetária destinada à autossuficiência — atrai o reconhecimento em suas famílias e comunidades. Essa é uma conquista notável em um contexto ainda marcado pela violência patriarcal, mas não significa uma divisão mais equitativa do trabalho. Desde o começo da pandemia, homens, incluindo alguns jovens, se envolveram mais no trabalho agrícola liderado pelas mulheres, mas não no trabalho doméstico e de cuidado, que segue sendo dividido entre as mulheres — mães e filhas.

Politizar as respostas práticas que foram construídas pelas agricultoras agroecológicas — da RAMA e de outros coletivos feministas e agroecológicos locais — e seus aliados desde o início da pandemia é um passo necessário para aprofundar os avanços, especialmente através da renegociação — sempre lenta e difícil — da divisão sexual do trabalho. A denúncia do conflito capital/vida que ameaça a reprodução da vida em escala do planeta, a valorização do trabalho de cuidado socioambiental realizado em grande parte por mulheres subalternas e a afirmação concreta de alternativas foram reiteradas pela crise atual. A gradual saída do isolamento social deve possibilitar a renovação das energias coletivas necessárias para politizar e aprofundar as ações engajadas.

Referências

ELLWANDER, Joel Henrique, KULMAN-LEAL, Bruna, KAMINSKI, Valéria, et al., “Beyond diversity loss and climate change: Impacts of Amazon deforestation on infectious diseases and public health”, **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, vol. 92, n° 1, 2020.

HILLENKAMP, Isabelle, LOBO, Natália (2019), **Mulheres jovens do campo traçando caminhos: aprendizados de uma “pesquisação”**, Relatório de pesquisa, Paris, São Paulo, Institut de recherche pour le développement, SOF, <https://hal.ird.fr/ird-02307845v1>, <https://www.sof.org.br/mulheres-jovens-do-campo-tracando-caminhos-aprendizados-de-uma-pesquisacao>.

SAORI, Sheyla e LOBO, Natália, “**Mulheres em rede, agroecologia, cuidados e resistências no Fórum Popular da Natureza**”, Brasil de Fato, 16/06/2020.

ZULUAGA SÁNCHEZ, Gloria Patricia, CATALORA-VARGAS, Georgina, SILIPRANDI, Emma (org.), **Agroecología en femenino. Reflexiones a partir de nuestras experiencias**, La Paz, Bolivia, SOCLA, CLACSO, 2018.

UM MEIO TEMPO PREPARANDO OUTRO TEMPO

cuidados, produção de
alimentos e organização de
mulheres agroecológicas
na pandemia

organização

Miriam Nobre

autoras

Aline Lima

Ana Cruz

Ana Luisa Queiroz

Cecilia Maria Santiago

Fátima Trombini

Isabelle Hillenkamp

Liliam Telles

Maria José Carneiro

Natália Lobo

Nayara Lopes de Castro

Rodica Weitzman

Thalita Rody Machado



Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia.

Publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista

Organizações parceiras Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Institut de Recherche pour le Développement France (IRD), Grupo de Trabalho Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), Núcleo de Pesquisa "Gênero e Ruralidades" do CPDA/UFRRJ, PACS Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.

Organização Miriam Nobre

Textos Aline Lima, Ana Cruz, Ana Luisa Queiroz, Cecilia Maria Santiago, Fátima Trombini, Isabelle Hillenkamp, Liliam Telles, Maria José Carneiro, Natália Lobo, Nayara Lopes de Castro, Rodica Weitzman, Thalita Rody Machado.

Edição de texto Fernanda Sucupira

Ilustrações Leila Monsegur

Projeto gráfico e diagramação Marina Rago Moreira

Apoio editorial Helena Zelic e Natália Blanco

Apoio para estudo e publicação

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva da SOF Sempreviva Organização Feminista e não representa necessariamente a posição da FRL.



Esta obra possui a Licença Creative Commons de Atribuição Uso Não Comercial – Não a obras derivadas (BY-NC-ND).



SOF Sempreviva Organização Feminista
Rua Ministro Costa e Silva, 36
Pinheiros, São Paulo, SP, Brasil
www.sof.org.br | sof@sof.org.br

N754 Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia. Miriam Nobre (Org.). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2021, 104p.

ISBN 978-65-87591-07-0

1. Agroecologia 2. Economia feminista 3. Feminismo 4. Sustentabilidade da vida I. Título

CDD - 577